

FSF  
13/7/97  
22

1-1721-18

BIODIVERSIDADE *Equipe que avalia legislação recomenda cautela com estrangeiros*

# Governo teme isolamento e perda de 'dinheiro verde'

## 'É um nacionalismo besta'

da Redação

O deputado Roberto Campos (PPB-RJ) afirma que a legislação estadual do Acre que impede a exploração de substâncias por estrangeiros é um "tipo de nacionalismo besta, que só faz atrasar o país".

Segundo o deputado, esse tipo de cerceamento irá desencorajar a pesquisa no Brasil. "Uma coisa é você persuadir as empresas estrangeiras a fazer joint ventures com as nacionais. Outra é proibir a entrada dessas empresas."

Para Campos, 80, o governo deveria "cooptar" pesquisadores e não promover uma

"reserva de mercado". "As riquezas só existirão depois de serem descobertas", diz.

A estratégia correta, na opinião dele, seria permitir a exploração por pesquisadores estrangeiros e, depois, propor uma associação nacional.

A tentativa de impedir a biopirataria, segundo o deputado, "é uma grande tolice".

"Suponha que se descubra uma nova substância e sejam feitas pesquisas no exterior. O que fica remanescente na floresta fica valorizado."

Para Campos, uma descoberta atrairia outras empresas. "Há uma disseminação do conhecimento."

## 'Mecanismos são precários'

da Reportagem Local

O físico Rogério Cezar de Cerqueira Leite, professor emérito da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas), acha que o país deve procurar uma política eficiente para receber seus royalties, segundo regras da Eco-92.

"Atualmente, as normas sobre patentes e a legislação federal sobre o assunto são muito ruins, perversas", disse. "O Brasil tem um papel importante nessa discussão sobre a biodiversidade, pois é o país importante em termos de reservas, com a Amazônia."

Cerqueira Leite, que é membro do Conselho Editorial da Folha e está em viagem pela Europa, disse que não havia tomado conhecimento de detalhes da lei aprovada no Acre.

"Mas defendo, de maneira geral, o esforço de pessoas que se preocupam com o tema", afirmou. "Hoje temos mecanismos muito precários."

O assunto será debatido na 49ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, que começa hoje em Belo Horizonte. Textos do debate podem ser achados na página da entidade na Internet: <http://www.sbpcnet.org.br>.

XICO SÁ  
da Reportagem Local

A equipe do governo federal que estuda a legislação sobre biodiversidade teme que o país possa criar uma espécie de "Lei da Informática 2", norma que criou uma reserva de mercado radical para produtos brasileiros em 1984.

O temor foi ampliado depois que a Assembléia Legislativa do Acre aprovou, no início deste mês, a primeira Lei da Biodiversidade do país. O texto proíbe a entrada de estrangeiros na floresta amazônica daquele Estado.

Para ter acesso aos recursos naturais do Acre, uma das áreas mais ricas do país, os estrangeiros precisarão se associar a uma empresa ou entidade de pesquisa do Brasil.

Uma lei semelhante, que serviu de base para a redação do texto aprovado no Acre, está em fase de tramitação no Congresso.

É de autoria da senadora Marina Silva (PT-AC) e trata da proteção e cobrança de royalties pelo uso das riquezas genéticas e vegetais.

O projeto, que pode ser alterado por sugestões (emendas) de outros parlamentares, tenta regulamentar determinações ainda da Convenção da Biodiversidade, acordo feito por 144 países durante a Eco-92, realizada no Rio.

O temor da equipe do governo é que, a pretexto de defender o país da biopirataria, o Congresso chegue a um texto ultranacionalista e com uma posição de isolamento.

Biopirataria é a forma como ficou conhecida a saída ilegal, sem o pagamento de royalties, de material genético (plantas, microorganismos etc.) para criar patentes de produtos no exterior.

No momento, a Funai (Fundação Nacional do Índio) tenta cobrar de pesquisadores ingleses, co-

mo revelou a Folha, pagamento por remédios patenteados a partir de conhecimentos dos índios kaxinawas, da região amazônica.

O Ministério Público do Acre vai entregar à Justiça, depois de amanhã, denúncia sobre diversos casos de biopirataria.

Para Fernando Dal'Ava, componente da equipe do governo, o país não deve seguir uma linha fechada e inacessível, o que iria contrariar até mesmo determinações da Agenda 21, documento da Eco-92 que trata da biodiversidade, desenvolvimento sustentável e colaboração entre países.

"Existem estrangeiros bons e maus. Não há sentido fechar as portas para todos", disse Dal'Ava, que é chefe do Departamento de Vida Silvestre do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis). "Poderíamos incorrer no mesmo erro da Lei da Informática".

O governo federal, segundo apurou a Folha, teme também que uma lei como a aprovada no Acre crie obstáculos para que o país realize acordos de cooperação com bancos e entidades estrangeiras.

Atualmente, países do G-7, clube dos mais ricos do mundo, investem em pesquisas e infra-estrutura de órgãos brasileiros como o Inpa (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia), de Manaus.

Para o autor da lei aprovada no Acre, deputado estadual Edvaldo Magalhães (PC do B), o controle aos estrangeiros era mais do que necessário. "Pode parecer um exagero, mas vivemos uma espécie de novo colonialismo", disse.

A Assembléia do Amazonas também tem um projeto de Lei da Biodiversidade, ainda a ser votado.

